S.T.M. 2ª SEÇÃO Caixa 90

19 64

Superior Tribunal Militar

N.º 26.961

ESTADO DA GUANABARA

Relator, o Sr. Ministro

Dr. Romeiro Neto

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
3.a SEÇÃO
Data da distribuição: 15 - AGO 1964
Rubrica do funcionário:
Def. 10/8/64
LEGISLAÇÃO JURISPRUDÊNCIA E DATILOGRAFIA

HABEAS-CORPUS

Paciente GASTÃO ADOLPHO DE CARVALHO, civil, alegando, por seu advogado, estar prêso abusivamente no Quartel dos Paraquedistas, por ordem ilegal do Ten. Cel. Oswaldo da Cunha Raposo, pede a concessão da ordem.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
ARQUIVO
Em 21/8/64

262

AUTUAÇÃO

Aos 29 dias do mês de julho de 1964, neste Superior Tribunal Militar, fês a presente autuação.

288

Secretário

Irene Campos Brandão
OFICIAL Jud.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
2ª SEÇÃO JUDICIÁRIA
TESOURO NACIONAL Cr$ 20,00
TESOURO NACIONAL Cr$ 10,00

2º

2/4

Exmo. Sr. Presidente do Superior Tribunal Militar,

Ministro Washington Vaz de Mello

HERACLITO FONTOURA SOBRAL PINTO, brasileiro, casado, advogado, com escritório à Rua Debret nº 79, 3º andar, salas 307/311, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado da Guanabara, sob o nº 309, vem, com fundamento no art. 141 § 23 da Constituição Federal, e no art. 272 do Código da Justiça Militar, requerer a presente ordem de Habeas-Corpus em favor de Gastão Adolpho de Carvalho, abusivamente preso no Quartel dos Paraquedistas, por ordem ilegal do Tenente-Coronel Oswaldo da Cunha Raposo, invocando, para tanto, as razões de fato e de direito que, a seguir, oferece:

1. O Paciente, que é brasileiro, casado, preposto de Corretor de Fundos Públicos, com escritório à Rua 1º de Março, presta, às vezes, o seu concurso profissional ao seu Pai, Gustavo Adolpho de Carvalho, Corretor de Fundos Públicos, com escritório à Rua do Ouvidor, nº 50, 9º andar;

2. No exercício normal de sua profissão, teve a oportunidade de participar de operações lícitas, autorizadas pelo Presidente da Caixa Econômica do Rio de Janeiro, Dr. Jerônimo Castilho e aprovadas, legalmente, pelo Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais, referentes à aquisição de letras do Tesouro, de cambio e de importação do Banco do Brasil;

3. Destas operações, realizadas com prudência e correção,

resultaram, consoante provam os lançamentos correspondentes na escrita oficial do Estabelecimento, cerca de dois bilhões de cruzeiros, o que revela a cautela, o equilíbrio e a honestidade na execução destas operações, levadas a efeito com o só objetivo de beneficiar o patrimônio da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro;

4. Sobrevindo o Movimento Armado de 30 de março último, que se tornou vitorioso em 1º de abril, autoridades militares designaram o Tenente-Coronel Oswaldo da Cunha Raposo para proceder a um Inquérito Policial, que tomou as feições de Processo Militar, para apurar supostos ou reais atos de corrupção na administração da referida Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro;

5. As arbitrariedades que no decurso dêsse Inquérito tem sido cometidas, com violação dos direitos e garantias individuais, assegurados na Constituição de 1 946, são constantes, inúmeros e ininterruptos;

6. Entre tais arbitrariedades figura a da prisão, em 23 do corrente, às vinte horas, em sua residência, do Paciente, Gastão Adolpho de Carvalho, que não praticou crime de qualquer espécie, e sempre atuou, quer na vida privada quer no exercício de suas funções de preposto de Corretor de Fundos Públicos, rigorosamente dentro da Lei e das normas da honestidade;

7. No regimen de violências em que estamos mergulhados, surgem, aquí e alí, autoridades civís e militares que se dão ao luxo intolerável de fazer uso, censurável e desnecessário, de medidas abusivas, como, por exemplo, da incomunicabilidade rigorosa dos detentos;

8. É o que vem acontecendo, neste instante, com o Paciente, Gastão Adolpho de Carvalho, que, desde o momento de sua prisão, não tem podido siquer receber a sua espôsa;

9. Manifesta é a ilegalidade da prisão do Paciente, Gastão Adolpho de Carvalho, não só por ser incompetente, para decreta-la, o Tenente-Coronel Oswaldo da Cunha Raposo, como também porque, para ordena-la, não existia justa causa;

10. A autoridade militar não pode, em face do Ato Institucional, intervir na área civil da Nação, para, nos setores administrativo desta, instaurar e processar Inquéritos de índole militar;

11. Com efeito, o referido Ato Institucional declara, no art. 1º, que são mantidas a Constituição de 1946 e as Constituições Estaduais, com as modificações constantes dêle;

12. Como no texto do mencionado Ato Institucional não consta qualquer modificação, expressa ou tácita, do art. 108 da Constituição Federal, é evidente que tal artigo está em pleno vigor;

13. Pois bem, nêle se preceitua:

"A Justiça Militar compete processar e julgar, nos crimes militares definidos em Lei, os militares e as pessoas que lhes são assemelhadas.

§ 1º. Êsse fôro especial poderá estender-se aos civis, nos casos expressos em Lei, para a repressão de crimes contra a segurança externa do País, ou as Instituições militares.";

14. Mas, atos de corrupção num Instituto de natureza especìficamente civil, como é a Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, não constituem crime contra a segurança externa do país ou contra as Instituições militares;

15. Por consequência, a intromissão da autoridade militar nas atividades administrativas da referida Caixa Econômica, para apurar se nela houve, ou não, a prática de ato de corrupção, é inequívocamente ilegal, sobretudo se, na prática desta intervenção, são determinadas prisões de cidadãos brasileiros, que, além de não serem militares, não pertencem ao Quadro de funcionalismo do aludido estabelecimento, como acontece com o Paciente, Gastão Adolpho de Carvalho;

16. Tanto mais evidente se torna a incompetência das autoridades militares para proceder a Inquérito da natureza dêste que está sendo processado na Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, quanto o Ato Institucional, no art. 8º, faz referência expressa a Inquérito, mas não para alterar ou modificar a competência das autoridades civis e das autoridades militares, quer para ordenar a sua instauração, quer para designar aqueles que deverão leva-los a efeito;

17. Realmente, eis o texto do art. 8º, acima mencionado:

" Os inquéritos e processos visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de guerra revolucionária poderão ser instaurados individual ou coletivamente.";

18. Decorre, implìcitamente, deste texto, que o Ato Institucional manteve, em matéria de competência, os preceitos da legislação existente referente a Inquéritos Policiais Militares e a Inquéritos Policiais Civis, tendo alterado, explìcitamente, apenas, as disposições legais referentes à pessoa ou às pessoas dos indiciados, no sentido de permitir que os processos, a serem instaurados, para os fins definidos nesse artigo, se dirigisse ou contra um só indiciado ou contra vários dêles;

19. Evidencia-se, ante a legislação em vigor no país, por fôrça do próprio Ato Institucional, que o Tenente-Coronel Oswaldo da Cunha Raposo não tem autoridade legal para mandar prender o Paciente, Gastão Adolpho de Carvalho, e mante-lo preso num Estabelecimento Militar;

20. Simultâneamente, é mister focalizar que não existe, no caso, justa causa para a prisão, uma vez que o Paciente, Gastão Adolpho de Carvalho não foi surpreendido em flagrante delito nem praticou, no que concerne ao patrimônio da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, qualquer ato que pudesse ou possa ser considerado criminoso;

21. As vinculações que teve com tal estabelecimento foram as que estão narradas na parte inicial desta petição, as quais, pela legalidade e regularidade de sua execução, e pelas vantagens patrimoniais que delas decorreram para o mencionado estabelecimento, não podem, de maneira alguma, explicar e justificar a detenção do Paciente, Gastão Adolpho de Carvalho;

22. Cumpre acentuar que a referência, constante desta petição, às operações de compra de letras do Tesouro, de cambio, e de importação do Banco do Brasil, foi feita porque sôbre elas houve indagações e pesquizas no decurso do Inquérito presidido pelo Tenente-Coronel Oswaldo da Cunha Raposo;

23. Tendo sido o Paciente, Gastão Adolpho de Carvalho o

executor das operações mencionadas no item anterior, surgiu, na mente do Impetrante, a suspeita de que a prisão do mencionado Paciente tenha sido determinada em virtude da sua atuação no referido negócio;

24. Entretanto, tais operações tendo sido levadas a efeito dentro da lei, em forma regular, e devidamente autorizadas por funcionários competentes, no exercício normal de suas atribuições regulamentares, e, além disto, tendo sido proveitosas ao patrimônio do estabelecimento, não podiam, não podem e não poderão justificar, de maneira alguma, a prisão daquele que as executou, no desempenho honesto de sua profissão;

25. A prisão do Paciente, Gastão Adolpho de Carvalho se reveste, pelo exposto, das características de ato abusivo, ilegal e violento, devendo cessar, por isto, a fim de que possa o Paciente reconquistar a liberdade de que foi ilicitamente despojado.

Pelos fundamentos e razões anteriormente desenvolvidos, o Impetrante vem requerer ao Egrégio Superior Tribunal Militar a presente ordem de Habeas-corpus em favor do Paciente, Gastão Adolpho de Carvalho, requerendo que, distribuida imediatamente, seja logo encaminhada ao Sr. Ministro Relator, a quem o mesmo Impetrante pede que requisite, incontinenti, as informações necessárias ao Tenente-Coronel Oswaldo da Cunha Raposo, encarecendo resposta urgentíssima, a fim de que possa este pedido ser julgado na primeira Sessão a ser realizada pelo Egrégio Superior Tribunal Militar. A concessão da ordem impõe-se, assim, como providência de elementar

JUSTIÇA.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1 964.

Heraclito Fontoura Sobral Pinto

HERACLITO FONTOURA SOBRAL PINTO

ADVOGADO

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
PROTOCOLO Nº 02933
Fls. Nº 367
Em 29 de 7 de 1964

SUPERIOR TRIBUNAL
29 JUL 1964
PROTOCOLO

4
4

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

RECEBIMENTO

Aos 29 dias de julho de 1964
Recebi êstes autos para autuação, registrados no Prot. Geral sob n.º 2933 e contêm 6 fôlhas, tôdas numeradas.
Eu Jaime L. Brandão, Of. Jud., pelo Sr. Diretor Geral, escrevi.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

DISTRIBUIÇÃO

Aos Exm.os Srs. Ministros:
Relator: Dr. Romeiro Neto
Revisor:
Em, 29 de julho de 1964

Vice-Presidente, no exercício da Presidencia

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

SECRETARIA

CONCLUSÃO

Aos 29 dias do mês de julho do ano de 1964
nesta Secretaria, faço os presentes autos conclusos ao Exm.º Sr. Ministro Relator Dr. Romeiro Neto
do que lavro êste têrmo. Eu
Oficial Judiciário, pelo Sr. Diretor-Geral, escrevi.

Solicite-se informações - 29.7.964
Romeiro Neto

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que nesta data, foram requisitadas as informações determinadas no despacho de fls. 7 pelo que passei a presente certidão. Secretaria do Supremo Tribunal Militar, em 29 de Julho de 1964. Eu, _____

pelo Sr. Diretor Geral, o escrevi.

JUNTADA

Aos 3 do mez de Agosto anno de 1964, nesta Secretaria, faço juntada aos presentes autos, do documento que se segue 1, do que lavro este termo. Eu _____

pelo Sr. Diretor Geral, o escrevi.

OFÍCIO Nº 1072/2ª Seção

Rio de Janeiro,
29 de julho de 1964

SENHOR TENENTE CORONEL

A fim de instruir o pedido de Habeas-Corpus impetrado em favor do civil GASTÃO ADOLPHO DE CARVALHO que alega , por seu advogado, estar prêso no Quartel dos Paraquedistas por ordem ilegal de V. S., de ordem do Exmo. Sr. Ministro Relator Dr. Romeiro Neto, tenho a honra de solicitar informações sôbre as alegações do paciente, constantes da pe ição inicial que, por cópia, faço anexar ao presente.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V . S. os protesoos de minha estima e distinta consideração.

WYLMAR DUTRA DE MOURA
DIRETOR GERAL DA SECRETARIA

AO SENHOR TENENTE CORONEL OSWALDO DA CUNHA RAPOSO
QUARTEL GENERAL SANTOS DUMONT
VILA MILITAR
N E S T A

MINISTÉRIO DA GUERRA
COMISSÃO GERAL DE INQUÉRITO
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, GB, 1º Ago 64

Of nº 542 - IPM/CEFRJ

Do: Ten Cel Enc do IPM/CEFRJ

Ao: Exmo Sr Presidente do Superior Tribunal Militar

Ass: Ordem de Habeas Corpus
(informa)

1 - A fim de instruir pedido de Habeas Corpus, impetrado a favor de GASTÃO ADOLPHO DE CARVALHO, venho prestar a Vossa Excelência, as seguintes informações sôbre as alegações do paciente, constantes da inicial.

2 - Preliminarmente, cumpre-me salientar, que a acusação feita de que, arbitrariedades constantes e ininterruptas, têm / sido praticadas no decorrer dêste Inquérito, só encontra explicação na atitude hostil que tem o douto impetrante, ao govêrno instituido pela Revolução, pois, sua exeelência jamais verificou o procedimento desta Comissão, nem tampouco patrocinou quaisquer interêsses de outros indiciados, a vista do que, a sua afirmação carece de qual-/ quer autencidade.

3 - Merecedora, ainda, de reparês, é a assertiva de que êste Encarregado, tenha sido incumbido de "proceder a um Inquérito Policial, que tomou as feições de processo militar", pois, pela Portaria Nº 1 e pelo Ato Nº 9, do Comando Supremo da Revolução, que tem fôrça de Lei, foi determinada a instauração de Inquérito Policial Militar, tendo-me sido delegados poderes para realizá-lo no âmbito da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, por fôrça da Delegação de Poderes Nº 158, de 11 de Maio de 1964, "para a apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado e seu patrimônio, e à ordem política e social, ou ato de guerra revolucionária", conforme permite, taxativamente, o artigo 1º do Ato Nº 9, de 14 de Abril de 1964.

4 - É, pois, manifesta, a competência da autoridade militar, para processar êste Inquérito, por isso que O Inquérito Policial Militar só pode ser processado por autoridade militar, con-/ forme dispõe, taxativamente, o artigo Nº 115, do Código de Justiça Militar.

C o n t i n u a .....

MINISTÉRIO DA GUERRA
COMISSÃO GERAL DE INQUÉRITO
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

(Continuação do Ofício nº 542 - IPM/CEFRJ, de 1º Ago 64).

5 - A alegação de que a atribuição de tal competência à autoridade militar, fere a disposição contida no artigo Nº 108, da Constituição Federal, não honra a cultura jurídica do ilustre impetrante, pois, Polícia Militar não se confunde com Justiça Militar.

6 - Como é curial, a Justiça Militar é constituida pelo Superior Tribunal Militar, pelos Auditores e Conselhos de Justiça, nas respectivas Regiões e Auditorias, sendo o Inquérito Policial Militar, processo sumário para apuração da existência de crime "militar ou civil" (Artigo Nº 117, do Código de Justiça Militar).

7 - Desta sorte, o Encarregado de Inquérito Policial Militar, não processa ou julga a quem quer que seja, apenas apura se existe ou não delito, devendo os indiciados serem julgados pela Justiça competente, conforme a natureza do delito.

8 - Portanto, se no Inquérito Policial Militar, não são processados nem julgados os responsáveis pela prática dos ilícitos penais, as disposições contidas na Portaria Nº 1 e no Ato Nº 9, do Comando Supremo da Revolução, determinando a instauração de Inquérito Policial Militar, não contrariam o preceito Constitucional, invocado pelo impetrante, revogando, apenas, quaisquer leis ordinárias que fôssem impeditivas da realização de Inquérito Policial Militar, pois, como atos da Revolução, têm fôrça de Lei.

9 - Nestas condições, sòmente a atitude anti revolucionária do impetrante, justifica a sua alegação de que é inequivocante ilegal a realização do Inquérito Policial Militar, na Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, para apuração de atos de subversão e de corrupção.

10 - Da legalidade da Instauração do Inquérito Policial Militar, decorre a competência dêste Encarregado para determinar a prisão do paciente e a legitimidade desta.

11 - Com efeito, nos precisos têrmos do artigo Nº 156, do Código de Justiça Militar, qualquer das autoridades referidas no artigo Nº 115, do referido Código, pode ordenar a detenção ou prisão do indiciado, durante as investigações policiais, até trinta dias, passível de prorrogação por mais vinte dias, para a completa apuração do ato delituoso.

C o n t i n u a .....

MINISTÉRIO DA GUERRA
COMISSÃO GERAL DE INQUÉRITO
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

(Continuação do Ofício nº 542 - IPMCEFRJ, de 1º Ago 64).

12 - Ora, o paciente é indiciado nêste Inquérito pela prática de crime contra o patrimônio do Estado, pois sendo a Caixa Econômica Federal, entidade autárquica, o seu patrimônio se confunde com o da União, pelos seguintes fatos que deixam claro, a existên-/ cia do ilícito penal.

13 - Demonstrada a competência do Encarregado do presente Inquérito Policial Militar, para apurar os ilícitos penais // praticados contra o patrimônio público, não haveria como, deixar de indiciar o paciente contra o qual há robusta prova da prática de // crime de estelionato contra a Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, entidade pública de natureza autárquica.

14 -Ademais existem veementes indícios, de que o crime de estelionato praticado pelo paciente, é conexo com crime de peculato, e em concurso material com o de corrupção ativa.

15 - Com efeito, contrariando disposição expressa do Decreto Nº 24.427, de 15 de Junho de 1934, o Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, passou a determi-/ nar a compra de letras de importação, do tesouro, de exportação e / de letras de câmbio.

16 - A atribuição da escolha singular do corretor foi deferida pelo mesmo Conselho Administrativo, cujo presidente era Senhor - JERONYMO PINHEIRO DE CASTILHO.

17 - O Senhor - JERONYMO PINHEIRO DE CASTILHO, indiciado pela prática de crimes de corrupção, em seu depoimento no tópico que abaixo transcreve-se, declarou que o seu critério de escolha, do corretor, foi o da amizade mútua, que o ligava ao Dr. GUSTAVO A. DE CARVALHO.

> " Perguntado quem teria escolhido o corretor GUSTAVO A. DE CARVALHO para adquirir as le-/ tras de câmbio, letras de importação e exportação, e obrigações do tesouro para a Caixa Econômica, Respondeu que foi o próprio depoente. Perguntado qual o motivo que determi-/ nou a escolha do Senhor - GUSTAVO A. DE CARVALHO. Respondeu que por ser amigo do depoente e merecer sua inteira confiança ...".

C o n t i n u a .....

MINISTÉRIO DA GUERRA
COMISSÃO GERAL DE INQUÉRITO
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

(Continuação do Ofício nº 542 - IPM/CEFRJ, de 1º Ago 64).

18 - Ora, êsse corretor, recebeu comissões que ultrapassaram à casa de trezentos milhões de cruzeiros, correspondentes à compra de onze bilhões de cruzeiros em títulos de crédito.

19 - Várias circunstâncias indiciárias, apontaram a / prática dos crimes de corrupção passiva, pelo Senhor - JERONYMO PINHEIRO DE CASTILHO, e de corrupção ativa, pelo Senhor - GUSTAVO A. DOLPHO DE CARVALHO, nas operações de compra das letras.

20 - Encetadas as investigações necessárias ao perfeito esclarecimentos dos fatos, ligados com as referidas operações, / foi apurado, que o paciente, como preposto e secessor do corretor GUSTAVO ADOLPHO DE CARVALHO, era quem fazia a compra das letras.

21 - Já ficou apurado, também, que em diversas com-// pras, o paciente, agindo como corretor da Caixa Econômica, comprou as letras por prêço inferior ao que declarou, e recebeu da Caixa / Econômica, deixando de lançar em seus livros, as mencionadas operações, que foram realizadas com várias sociedades comerciais.

22 - Com efeito, no depoimento do Senhor - LUIZ LEITE PINTO, chefe de Gabinete do então presidente JERONYMO PINHEIRO DE CASTILHO, lê-se:

> "Perguntado se o depoente reconhece como sendo a sua, a assinatura constante no memorandun Nº 26(número vinte e seis) de vinte de fevereiro de mil novecentos e sessenta e três, de valor/ de trinta e sete milhões e quinhentos mil cruzeiros, e no memorando Nº 28(número vinte e oito) de primeiro de março de mil novecentos e / sessenta e três, no valor de quinhentos mil // cruzeiros, que complemente o primeiro, e que / lhe foi como aquêle, nesta ato exibido, Respondeu que sim. Perguntado se tais memorandos, // não teriam sido emitidos em cobertura à operação faturada em vinte e oito de fevereiro de / mil novecentos e sessenta e três, do escritó-/ rio do Senhor - GUSTAVO DE CARVALHO, relativa a uma letra de câmbio de valor nominal de cinquenta milhões de cruzeiros, e atual de trinta

C o n t i n u a .....

13

MINISTÉRIO DA GUERRA
COMISSÃO GERAL DE INQUÉRITO
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

(Continuação do Ofício nº 542 - IPM/CEFRJ, de 1º Ago 64).

e oito milhões de cruzeiros, emissão da Companhia Eletro Química Fluminense, aceite de Decret S/A, com vencimento para vinte e oito de fevereiro de mil novecentos e sessenta e quatro, que lhe foi nêste ato exibida. // Respondeu que, presumivelmente sim, por isso que as faturas não transitavam pelas /// mãos do depoente. Perguntado se sabia que o valor real e atual dessa letra é de trinta e um milhões, segundo se vê no recibo firmado pela própria Companhia Eletro Química // Fluminense, em vinte e oito de fevereiro de mil novecentos e sessenta e três, que lhe / foi nêste ato exibido. Respondeu que não, / e que tomou conhecimento de tal fato nêste momento".

23 - De forma ainda mais categórica, está o paciente incriminado no depoimento do tesoureiro geral de Caixa Econômica,/ Senhor - JOSÉ COELHO BRANCO: "... da operação que foi feita com a Companhia Eletro Quimica Fluminense"

" Perguntado se a documentação que lhe foi exibida, composta de memorandos da contadoria geral solicitando a emissão de cheques, parecer da consultoria técnica sôbre a operação, e fatura do corretor interveniente,/ era a necessária para a realização da operação que foi feita com a Companhia Eletro // Quimica Fluminense, constiuida pela emissão por esta, de uma letra de câmbio de cinquenta milhões de cruzeiros, aceite pela Decred S/A, do valor nominal de trinta e oito mi-/ lhões de cruzeiros, digo, do valor atual de trinta e oito milhões de cruzeiros, segundo se vê na fatura firmada a vinte e oito de / fevereiro de mil novecentos e sessenta e // três, firmada pelo preposto sucessor GASTÃO ADOLFO DE CARVALHO. Respondeu que sim. Perguntado se a documentação recebida das mãos do corretor, era rigorosamente conferida pe

C o n t i n u a .....

MINISTÉRIO DA GUERRA
COMISSÃO GERAL DE INQUÉRITO
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

(Continuação do Ofício nº 542 - IPM/CEFRJ, de 1º Ago 64).

la fatura, ou relações que a acompanham. Respondeu que sim, através dos auxiliares ADELINO BATISTA LOPES e eventuamente pelo funcionário VENTURA ALVES FERREIRA FILHO. Perguntado como explica, que apesar da rigorosa conferência, haver sido recebido o título descrito anteriormente, pelo valor nominal de trinta e um milhões de cruzeiros, quando a Caixa por êle pagou a importância de trinta e / oito milhões de cruzeiros, segundo recibo da firma emitente, que lhe foi nêste ato exibido. Respondeu que passou recibo da letra pelo valor nominal, não tendo tomado conhecimento do inteiro teor do recibo, quanto ao / valor líquido.

24 - Vê-se, que o paciente, na operação com a Eletro/ Química Fluminense adquiriu uma letra de câmbio de cinquenta milhões (valor nominal) pelo prêço real de trinta e um milhões, e declarou e recebeu da Caixa Econômica Federal a quantia de trinta e oito milhões, como tendo sido o custo do referido título.

25 - Obteve, por essa forma, a corretagem ilícita de/ sete milhões de cruzeiros.

26 - Não se trata, no caso, de ato de revenda, pois,/ esta lhe está vedada, quando age como comissário, pelo artigo Nº / 49, do Decreto Nº 2.475, de 13 de Março de 1897.

27 - A Caixa Econômica encarregando o paciente de compra de letras para ela, configurou-se a relação e o vínculo, entre comitente e comissário.

28 - Ora, o ato do paciente contém todos os elementos configuradores do crime de estelionato:

A - Artifício doloso, consubstanciado na declaração de prêço inexato na fatura.
B - Induzimento em êrro.
C - Vantagem ilícita.

29 - Além do fato delituoso acima, há indicios de que o pagamento de prêço superior ao realmente efetuado, era com a conivência dos administradores que autorizaram o mesmo pagamento.

C o n t i n u a .....

95

MINISTÉRIO DA GUERRA
COMISSÃO GERAL DE INQUÉRITO
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

(Continuação do Ofício nº 542 - IPM/CEFRJ, de 18 Ago 64).

30 - Dessa forma, e em relação a êsses administrado-/ res, por seu concurso, caracteriza-se o crime de peculato, nos têrmos em que está capitulado, no artigo Nº 312, § 1º do Código Penal.

31 - Se não ficar provado o crime de peculato, conexo com o estelionato, há indícios veementes de que, embora desco-/ nhecendo que pagaram a mais, os referidos administradores recebe-/ ram, por oferecimento do paciente, vantagem indevida pelas autorizações dos pagamentos.

32 - Ter-se-ia, então, o concurso material de crime de estelionato, com o de corrupção ativa.

33 - Ora, a prova da autoria dos referidos crimes, / pelo paciente, te-lo-ia, obrigatòriamente, indiciado no presente Inquérito Policial Militar.

34 - Para garantia da referida aplicação da Lei Penal, e ainda para a segurança da instrução criminal, impõe-se a prisão do paciente, até que sejam coligidas as provas para evitar que:

A - Fraudasse os seus livros.
B - Exerça pressão sôbre os funcionários que irão depôr.
C - Se conluisse e consertasse seu de-/ poimento com o senhor JERONYMO PINHEIRO DE CASTILHO, que já depôs e foi colocado em liberdade.

35 - Os diplomas regulamentadores do Ato Instituio-/ nal, autorizam e legitimam a presente prisão, tendo em vista os fatos delituosos acima mencionados.

36 - O informante está agindo com presteza na apuração final das provas, quando então tomará o depoimento do indiciado e o colocará em liberdade.

37 - Nestas condições, Excelentíssimo Senhor Ministro, nenhuma, violência ou abuso de poder, foi cometido contra o paciente, pois, a sua prisão, foi determinada por autoridade competente, com apôio na Lei, dada a circunstância de ser o paciente indiciado nêste Inquérito Policial Militar, pela prática do crime acima mencionado, sendo necessária a prisão, para completa apuração de to-/ dos os fatos.

C o n t i n u a .....

96

MINISTÉRIO DA GUERRA
COMISSÃO GERAL DE INQUÉRITO
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

(Continuação do Ofício nº 542 - IPM/CEFRJ, de 1º Ago 64).

38 - Pelos motivos expostos, estou certo de que o Egrégio Tribunal, apreciando as presentes informações, negará a ordem de Habeas Corpus impetrada, com o que fará a sua habitual.

JUSTIÇA.

ONALDO DA CUNHA RAPOSO- TenCel
Enc do IPM/CEFRJ

Ten. Cel/AR

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
-3 JUL 1964
PORTARIA

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
3 - AGO 1964
PROTOCOLO

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
PROTOCOLO Nº 03016
Fls. Nº 377
Em 3 de 8 de 1964

17

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

SECRETARIA

CONCLUSÃO

Aos 3 dias do mês de Agost do ano de 1964
nesta Secretaria, faço os presentes autos conclusos ao
Exm. Sr. Ministro Relator Gen. Ramiro Noleto
do que lavro êste têrmo. Eu
Oficial Judiciário, pelo Sr. Diretor-Geral, escrevi.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, foi julgado o presente processo e comunicada a decisão ao Tribunal, em Ofício nº 1106/2ª, ao Sr. Com. da Reg. Santos Dumont

Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1955

Sílvio Moraes, Of. Judiciário

Pela Chefe da 2ª Seção

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

HABEAS-CORPUS Nº 26 961 - ESTADO DA GUA

Habeas-Corpus. titui constran to ilegal a p de civil ao qua atribui no I.P. crime comum.

MINISTRO - RELATOR: DR. ROMEIRO NETO
PACIENTE: GASTÃO ADOLPHO DE CARVALHO, civil, alegando, por seu advogado, estar prêso abusivamente no Quartel dos Paraquedistas, por ordem ilegal do Ten. Cel. Oswaldo da Cunha Raposo, pede a concessão da ordem.

Vistos êstes autos em que o advogado Heráclito Sobral Pinto impetra uma ordem de habeas-corpus em favor do civil GASTÃO ADOLPHO DE CARVALHO, prêso no Quartel dos Paraquedistas por ordem e a disposição do Ten. Cel. Oswaldo da Cunha Raposo encarregado do I. P.M./CEFRJ.

Pedidas informações à autoridade coatora, esta prestou-as / informando que o I.P.M. do qual é encarregado tem por finalidade a_ purar crimes e atos de corrupção praticados na Caixa Econômica Federal, alegando ter apurado que o paciente Gastão Adolpho de Carvalho, preticou os crimes de estelionato e peculato, previstos / respectivamente nos arts. 171 e 312 do Código Penal Comum.

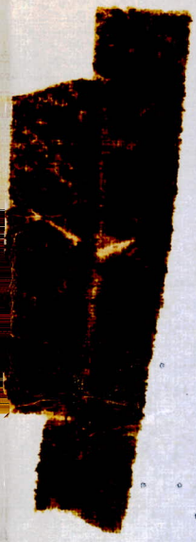
Como se vê das informações da autoridade coatora, no I.P.M. do qual é encarregado não se atribui ao paciente qualquer crime militar, sendo portanto ilegal a sua prisão.

Nestas condições, ACORDAM os Ministros do Superior Tribunal-Militar em conceder o habeas-corpus impetrado em favor do civil Gastão Adolpho de Carvalho, a fim de que seja êle pôsto em liberdade.

Superior Tribunal Militar, em 3 de agôsto de 1964

Ministro Dr. Washington Vaz de Mello, Presidente em exercício

ZL.



Ministro-Relator, Dr. João Romeiro Neto

Ministro Gen.Ex. Antônio José de Lima Câmara

Ministro Alm.Esq. José Espíndola

Ministro Gen.Ex. Floriano de Lima Brayner

Ministro Dr. Orlando Moutinho Ribeiro da Costa

Ministro Major-Brigadeiro, Antônio Alves Cabral

RECEBIMENTO

Aos 20 dias do mês de agôsto de 1964, nesta Secretaria do Superior Tribunal Militar, me foram entregues os presentes autos com o acordão retro, do que lavrei este termo. Eu, Hora[illegible], Oficial Judiciário, pelo Diretor, escrevi.

REMESSA

Aos 21 dias do mês de agôsto de 19__, nesta Secretaria, faço a remessa da cópia do acórdão de fls., ao Sr. Encarregado do IPM na Caixa Econômica Federal do R.J., com of. nº 1295/2ª, do que lavro êste têrmo. Eu, Hora[illegible], oficial judiciário, pelo Diretor Geral, escrevi.

REMESSA

Aos 31 dias do mês de agôsto de 1964; na 2ª Seção do Superior Tribunal Militar fiz a remessa dos presentes autos ao Arquivo.

Chefe da 2ª Seção

GK-1 Via-90006008757730

F

10-8-64

PRESIDENTE

10-8-64

SALA DE SESSÕES